

PROGRAMA DE GOVERNO

PIRACICABA 2024

FEDERAÇÃO
BRASIL DA
ESPERANÇA

P R O F E S S O R A

Bebel

Candidata a Prefeita

Dr. Perci Bertolini - Vice



PROGRAMA DE GOVERNO

**PROFESSORA BEBEL - PREFEITA
E DR. PERCI - VICE**

FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA

PIRACICABA 2024

FEDERAÇÃO
BRASIL DA
ESPERANÇA



FEDERAÇÃO
PSOL REDE



E

Apoio:





ÍNDICE

Apresentação	5
Um estudo sócioeconômico sobre o município de Piracicaba	7
Gestão da Administração Pública	10
Educação de qualidade e inclusiva	11
Cultura	16
Esportes e Lazer	18
Saúde	19
Meio Ambiente e Mudanças Climáticas	21
Saneamento Ambiental	25
Habitação e Urbanismo	29
Mobilidade Urbana e Rural	30
Segurança Pública	32
Desenvolvimento Econômico com Trabalho, Emprego e Renda	34
Agricultura e Segurança Alimentar	36
Políticas Públicas Afirmativas	39
Política para as Mulheres	39
Política para a População LGBTQIA+	41
Política para Pessoas com deficiência	42
Política para População em situação de Rua	43
Política para Idosos	44
Política para Negros, Indígenas e Quilombolas	45
Políticas Interreligiosas para uma cultura de paz e liberdade de crença	47
Comunicação Social	47
Patrimônio Histórico e Cultural	49
Turismo	50
Obras, serviços e zeladoria	52
Proteção e cuidado Animal	53



APRESENTAÇÃO

Piracicaba, uma cidade com rica história, cultura e belas riquezas naturais, com significativo polo industrial e tecnológico e grande potencial turístico, pode tornar-se uma Cidade ainda mais promissora e inclusiva.

Isto significa usar todos os recursos disponíveis para melhorar a infraestrutura, otimizar a mobilidade urbana e rural, criar soluções sustentáveis e desenvolver programas sociais para melhoria da qualidade de vida da população.

Uma ousada proposta que só poderá se viabilizar se for construída a muitas mãos, como resultado de um esforço coletivo. Pretendemos ir além de uma lista de propostas, mas criar um esforço coletivo, envolvendo representantes de todos os setores da cidade que demonstram compromisso e sabedoria para entender a complexa realidade da nossa Piracicaba e como ela de fato pode se tornar um lugar melhor para se viver.

Neste sentido nossa candidatura representa um projeto de transformação pautado na sustentabilidade e na justiça social. Com meu vice, Dr. Perci Bertolini, e toda a chapa de candidatos a vereadores e vereadoras que nos apoiam, queremos Cuidar de Piracicaba!

Não estamos sozinhos. Nos inspiramos em práticas de sucesso comprometidas com o desenvolvimento pleno do Município. Para tanto, apresentamos as diretrizes e objetivos estratégicos para as principais áreas. Tais propostas que foram elaboradas e debatidas amplamente por Grupos Temáticos compostos por cidadãos e cidadãs piracicabanos, representantes da sociedade civil organizada e por gestores e especialistas das áreas.

Nasci em Piracicaba, aqui vivo com minha filha Maria Manoela. Desde criança, aprendi a amar, respeitar e conhecer Piracicaba. Como trabalhadora, desde jovem, decidi me dedicar à luta social. Além de estudar e trabalhar, passei a atuar em defesa dos Professores da Educação pública em nosso estado. Aprendi a força do trabalho coletivo. E assim tomei consciência da verdadeira causa de minha vida: não aceitar e não me calar jamais frente às injustiças sociais, a fome, o preconceito, a falta de direitos sociais como Saúde e Educação.

Tenho enorme orgulho em ser professora. São mais de quatro décadas lutando pelo direito a Educação pública de qualidade. Aprendi muito com minha categoria profissional. A partir da sala de aula podemos contribuir na mudança da sociedade. Sou professora de Língua e Literatura Portuguesa formada na Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, onde também fiz meu Mestrado em Administração Educacional.

Só tenho a agradecer a generosidade do querido povo piracicabano. Em 2018, fui eleita a primeira mulher deputada estadual em Piracicaba, com 87.169 votos to-



tais. Em 2022 fui reeleita com 155.983 votos. Em dois Mandatos como deputada estadual, apresentei mais de 5000 iniciativas legislativas, entre projetos, indicações, moções, requerimentos, substitutivos, emendas e votos em separado, etc... Entre os projetos de minha autoria, beneficiando nosso Município, está aquele que torna Piracicaba Município de Interesse Turístico e o de Defesa do Patrimônio Histórico de nossa cidade. Além disso, destinei mais de R\$ 20 milhões em emendas parlamentares para nossa cidade. Ressalto também nossa luta pela instituição de uma universidade federal no desativado Campus Taquaral da UNIMEP, um anseio da juventude de toda a nossa região.

Continuo aprendendo com a experiência de quem decide lutar por justiça social. Uma aprendizagem também repleta de conflitos, pois a atuação de uma mulher na política enfrenta grandes desafios, pois alguns tentam disseminar o medo da mudança com ataques e preconceito. A mudança é sempre fundamental para que possamos caminhar no sentido de um futuro melhor e tenho a convicção de que Piracicaba saberá conectar-se com o melhor do passado para concretizar as melhores possibilidades de futuro.

Quero ser Prefeita de Piracicaba! Isso será possível com a organização e mobilização de todos no enfrentamento dos problemas da nossa cidade, hoje marcada pela desigualdade social e desequilíbrio ambiental.

Tenho como vice o Dr. Perci, experiente médico cirurgião, com mais de 36 anos de atuação na rede pública da Saúde do Município é reconhecido pelo seu comprometimento em oferecer tratamentos individualizados e eficazes, bem como pela defesa da Saúde Pública de qualidade. Vamos juntos a partir da Saúde e da Educação construir um movimento que cuidará de Piracicaba.

Como mulher e professora, posso dizer que minha principal tarefa é cuidar da nossa Cidade, especialmente das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos! Com eficiência e equilíbrio. Uma Prefeitura que funciona deve ter uma gestão inteligente e honesta. E honestidade passa por uma gestão participativa e transparente.

Não será fácil! Por isso, nesse momento primeiramente conto com a confiança e o voto da população piracicabana. Nossas diretrizes de governo procuram organizar objetivos que dialogam com tudo o que tenho ouvido dos mais diversos segmentos sociais, nas centenas de visitas, encontros e reuniões que tenho realizado nos últimos anos em todas as regiões do nosso município. Não é um programa acabado, pois sempre será necessário integrar novas ideias, sugestões e propostas, que serão todas apresentadas e debatidas ao longo do processo eleitoral.

Um forte abraço,

Professora Bebel - Prefeita
Dr. Perci Bertolini - Vice



UM ESTUDO SOCIOECONÔMICO SOBRE O MUNICÍPIO DE PIRACICABA¹

O município de Piracicaba alcançou população de 423.323 pessoas em 2022, um aumento de 58.752 pessoas em relação a 2010. Esse expressivo aumento de 16,1% no período está bem acima do verificado no Brasil (6,5%) e no estado de São Paulo (7,6%), levando Piracicaba a ocupar a 54ª posição no ranking das maiores populações por município do Brasil e 13º no estado de São Paulo.

A população em Piracicaba é formada por 64% de pessoas que se declaram brancos, 27% de pardos, 8% preta, 1% amarela e 0,1% indígena. Aproximadamente 149 mil pessoas se declararam como pretas ou pardas. Entre 2010 e 2022, a população parda registrou aumento de 50,7%, enquanto a população preta cresceu 45,1%. Por outro lado, no mesmo período, a população branca registrou aumento de apenas 3,6%. Entre 2010 e 2022, observou-se a diminuição da participação da população branca de 72% para 64%, enquanto a população preta aumentou sua participação de 6% para 8% e a população parda passou de 21% para 27%.

Apesar dos números serem próximos, a maior parte da população em Piracicaba é composta por mulheres. Ao todo são 218.529 mulheres, que representam 51,6% do total da população, e 204.794 homens que representam 48,3%. Os dados sobre gênero da população brasileira do Censo 2022 consideram o sexo das pessoas ao nascer. Os pesquisadores do IBGE ainda não incluíram perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero por questões metodológicas.

Um fenômeno demográfico comprovado pelos dados do censo de 2022 é o envelhecimento da população brasileira, o que também pôde ser identificado em Piracicaba. Entre 2010 e 2022, a população acima de 60 anos registrou expansão de 63,4%. Em 2010 existiam 61 pessoas acima de 60 anos para cada 100 pessoas com até 14 anos. Em 2022, a razão passou para 101 pessoas acima de 60 anos para cada 100 com até 14 anos. Outro fator relevante é a diminuição no número de crianças com até 14 anos de idade (-1,04%) e de jovens entre 15 e 29 anos (-6,56%).

Em Piracicaba, 8.309 pessoas foram declaradas como não alfabetizadas (2,38% da população). No Brasil existem 167 municípios com índice de alfabetização maior do que Piracicaba. Ainda assim, o índice de alfabetização em Piracicaba está entre os 3% melhores do Brasil em comparação aos demais municípios brasileiros.

O censo mostra também que existem 419.850 domicílios em Piracicaba, dos quais 77,86% são casas e 19,9% apartamentos. 676 domicílios foram classificados como sendo estruturas residenciais permanentes degradadas ou inacabadas, além de 262 habitações em casa de cômodos ou cortiço.

¹ Fonte DIEESE 2024.



Piracicaba tinha, em junho de 2024, 20.878 famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo identificado pelo Cadastro Único, num total de 57.258 pessoas nessa condição, das quais 31.589 pessoas estão em situação de pobreza e outras 25.669 pessoas em situação de baixa renda.

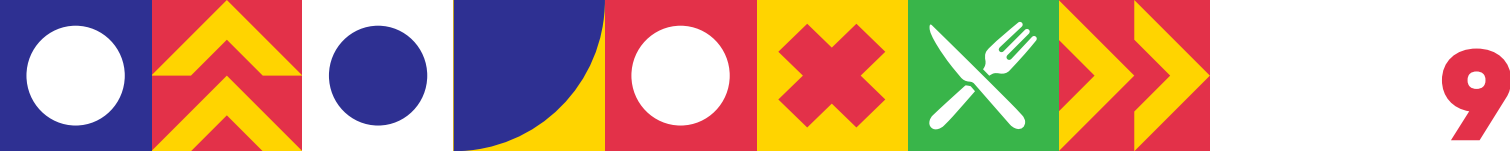
No mês de junho de 2024, Piracicaba teve 15.587 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 42.969 pessoas beneficiadas, totalizando investimento de R\$ 10.155.699,00 e um benefício médio de R\$ 654,36. Eram 42.969 Benefícios de Renda de Cidadania no valor de R\$ 142,00 por integrante familiar, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; 14.072 Benefícios Complementar destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros seja inferior a R\$ 600,00; 7.950 Benefícios Primeira Infância no valor de R\$ 150,00 por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre 0 e 7 anos incompletos.

Piracicaba é a 12ª maior economia municipal no estado de São Paulo, com um Produto Interno Bruto que representa 1,3% do PIB paulista total. O setor de serviços é responsável por 54,8% do valor adicionado na economia em Piracicaba, seguido pela indústria, com 37,4%, e a administração pública com 7,2%. Ao longo dos anos, chama atenção a diminuição da agropecuária no valor adicionado total em Piracicaba. Em 2021, a participação era de apenas 0,6%. Na indústria, Piracicaba se manteve como a 10ª cidade industrial do estado ao longo de uma década, entre 2011 e 2021.

O mercado de trabalho em Piracicaba registrava, em dezembro de 2022, 139.126 empregos formais, dos quais 40,8% ocupados por mulheres. A indústria responde por 33,1% destes empregos, enquanto o setor de serviços por 39,6%. No comércio estão 22,4% dos empregos formais no município e 3,7% na construção civil. A agropecuária registrava apenas 1,2% dos empregos formais em Piracicaba em 2022.

Para o total de 139 mil empregos formais, apenas 19% são de trabalhadoras e trabalhadores com ensino superior completo. A renda média estava em R\$ 3.973 ao final de 2022, e a jornada média de trabalho semanal de 42 horas. O município de Piracicaba possuía, em junho de 2024, 38.019 registros de Microempreendedores (as) individuais, os (as), os chamados MEIs, o que representa cerca de 0,8% do total de MEIs no estado de SP.

Em relação ao orçamento do município, temos que o total de receitas realizadas em 2023 foi de R\$ 2,6 bilhões, e para 2024 está prevista arrecadação de R\$ 3 bilhões. A estruturação das receitas em 2023 mostra que a maior fonte de arrecadação são as Transferências Correntes (R\$ 1,2 bilhão, ou 48% do total) que provém principalmente de outros estados (25%) e da União (14%), com grande participação da Cota-Parte do ICMS. A segunda maior fonte é a arrecadação tributária municipal, que participou com 31% do total, representando um montante de R\$ 794 milhões. A principal fonte é o ISS, seguido do IPTU. Com relação à previsão para o ano de 2024,



em relação às receitas realizadas em 2023, destaca-se aumento nas Receitas de Capital, em especial, as operações de crédito, que passaram de uma arrecadação efetiva de apenas R\$ 260 mil em 2023 para uma previsão de R\$ 215,9 milhões em 2024.

Com relação às despesas, o total de despesas empenhadas em 2023 foi de R\$ 2,56 bilhões, e para 2024 está previsto um gasto total de R\$ 3,34 bilhões. Prevê-se, portanto, um aumento em termos nominais de 30,3% (ou 25,9% em termos reais), da ordem de R\$ 779 milhões. A estruturação das despesas em 2023 mostra que a maior fonte de gastos foram os relacionados ao item Outras Despesas Correntes, que inclui despesas com a máquina pública, representando mais da metade (52%) do total. Em seguida, estão os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, que totalizaram R\$ 1,07 bilhão ou 42% do total. Para 2024, em relação ao orçamento executado em 2023, embora tenha se verificado perspectiva de aumento nos valores das despesas com pessoal e outras despesas correntes, fica evidente a redução desses itens na participação relativa no orçamento: gastos com pessoal passam de 42% para 34%, e outras despesas correntes, de 52% para 46%. De outro lado, em 2024, há previsão de crescimento na participação das despesas de capital, principalmente, aumento dos investimentos, de R\$ 62 milhões para R\$ 529 milhões, chegando a uma participação de 16% no total.

Na função Educação, foi verificado decréscimo na participação relativa no orçamento, que foi de 25% em 2023, para 17,9% em 2024. O decréscimo é observado também em termos de valores, pois em 2023 foram empenhados R\$ 639,5 milhões, e a previsão atual para 2024 é de R\$ 598,9 milhões (-6,3%).

No acumulado dos últimos doze meses até o 1º quadrimestre/2024, a Receita Corrente Líquida de Piracicaba alcançou R\$ 2,6 bilhões, registrando acréscimo nominal de 5,5% ante o quadrimestre imediatamente anterior e de 10,3% ante o mesmo período de 2023.

Já a Despesa Total com Pessoal alcançou R\$ 1,0 bilhão, apresentando aumento nominal de 4% em relação ao terceiro quadrimestre de 2023 e de 13,9% em relação ao primeiro quadrimestre de 2023.

Considerando os limites fiscais de comprometimento do gasto com pessoal em relação à receita, Piracicaba não ultrapassou nem o limite prudencial, nem o limite máximo definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No 1º quadrimestre de 2024, a relação entre a Despesa Total com Pessoal e a Receita Corrente Líquida ficou em 39,7%, portanto, mais de 11 pontos percentuais distante do limite prudencial, ou seja, com evidente e responsável espaço orçamentário para a valorização salarial dos servidores municipais.

Com base nesta realidade apresentamos uma série de diretrizes e objetivos estratégicos que compõem nosso Plano de Governo. Assim nossa intenção é levar ao conhecimento da população piracicabana nossas propostas e a partir delas abrir um diálogo permanente e fazer um convite para se juntarem a nossa Campanha.



GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

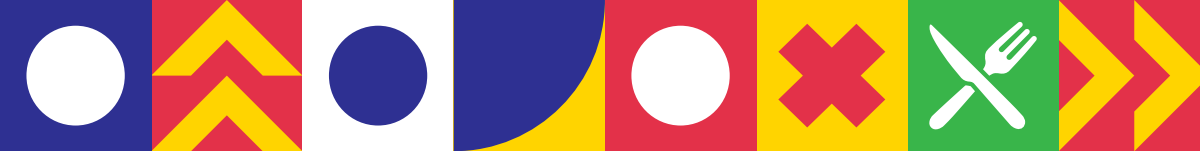
O item pertinente à gestão pública, democrática e transparente constitui uma macro diretriz, de caráter estruturante, que perpassa todas as demais diretrizes e objetivos deste plano de governo, em especial seu planejamento estratégico. É premissa de um governo popular, comprometido com a sociedade, em seus múltiplos segmentos, e também com o comércio, a indústria, a agricultura e todos os componentes do setor produtivo. É também premissa de um governo moderno, que entende que quem ouve mais erra menos e que tem compromisso em melhorar a qualidade das decisões públicas, visando ampliar a relação de confiança com os cidadãos.

Nosso programa tem como principais diretrizes:

- A) Gestão democrática e participativa;
- B) Orçamento participativo;
- C) Fortalecimento dos conselhos, fóruns e demais órgãos participativos municipais;
- D) Estímulo à cooperação com entidades da sociedade civil e do setor produtivo.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Instituir e fortalecer o orçamento participativo, de forma regionalizada, por meio de oficinas e reuniões de discussão e deliberação.
- Fortalecer com maior participação da sociedade civil o Conselho da Cidade, para apoiar o Poder Público na definição de planos, programas e projetos estratégicos e prioritários.
- Desenvolver soluções tecnológicas para ampliar a experiência democrática, permitindo que os cidadãos opinem sobre políticas públicas municipais de forma remota, com devolutiva em linguagem acessível.
- Desenvolver apps para monitoramento e avaliação de políticas públicas pelos cidadãos, oferecendo, alternativamente, acesso aos dados públicos em centros de inclusão digital, centros comunitários e associações de moradores.
- Dispor de ouvidoria permanente e assegurar que as demandas dos cidadãos sejam respondidas de forma célere, inclusive com disponibilização de um monitoramento permanente de solicitações atendidas e não-atendidas.



- Revisar o Portal da Transparência, garantindo que o máximo de informações sobre serviços e contratos públicos estejam disponíveis, de fácil acesso e utilização.
- Criar um novo regramento municipal para audiências públicas, em conjunto com a Câmara de Vereadores, que prevejam uma etapa preliminar, de disponibilização de informações e subsídios em linguagem acessível para os cidadãos, uma etapa de discussão e levantamento de questões, e uma etapa devolutiva.
- Fortalecer os conselhos municipais de políticas públicas, em especial de Educação, Saúde, Cultura e Habitação, assegurando-lhes condições de funcionamento adequadas.
- Reinstaurar o IPPLAP – Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba, e tê-lo como instrumento do planejamento estratégico da cidade.
- Fortalecer o Fórum dos Conselhos para a integração das políticas públicas.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E INCLUSIVA

A Educação é um dos pilares do nosso Programa de Governo e está fundamentada pelos princípios de uma Escola Viva. Proposta que coloca as Unidades de Ensino como organismos dinâmicos, inclusivos, abertos para o território e capazes de promover interações com outros setores das políticas públicas municipais e a sociedade.

O direito à Educação é o principal direito social assegurado pela Constituição Cidadã de 1988: “a Educação é direito de todos e dever do Estado”, conforme determina o art. 205.

Neste sentido, nosso compromisso é de implementar uma política educacional que garanta as condições necessárias para acesso e permanência de qualidade no Espaço Escolar.

Para tanto é emergencial compreender o equipamento educacional para além de seus muros, reconhecendo, inclusive, que a infraestrutura escolar além de atender o papel pedagógico-administrativo deve estar aberta às necessidades dos estudantes, seus familiares e todos os profissionais da educação.

Os Espaços e Tempos da Escola devem estar institucionalmente preparados para o diálogo permanente com a sociedade, os pais, as crianças, as juventudes, os idosos enfim, as diferentes linguagens, as diversidades, as formas de vivência e suas manifestações.

Esse olhar para os sujeitos nos possibilita pensar uma educação para o pleno desenvolvimento humano. Destacamos que uma política educacional com foco



nos sujeitos precisa, primeiramente, de uma efetiva Valorização dos Profissionais da Educação, por isso tomaremos o conjunto: formação, cargos, carreiras e salários como ponto de partida para a construção da educação de qualidade e inclusiva.

Só assim podemos ter elementos para uma articulação da educação com todos os setores do município, seja com a Cultura, Saúde, Esporte e Lazer, Segurança e demais políticas de inclusão social. Por fim destaco que Piracicaba reúne as condições para tornar-se protagonista na articulação entre a Educação, a Ciência, Tecnologia e Inovação pois nela se localiza um vasto Parque Tecnológico, podendo consolidar-se como uma referência na sinergia entre Universidade, Sociedade Civil e Setor Produtivo.

DIRETRIZES:

A) GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

- Reconhecer a autonomia da comunidade escolar para gestão democrática criando condições de efetiva participação nas decisões coletivas da Escola bem como instituir uma política de orçamento descentralizado e participativo nas unidades de ensino.
- Fortalecer os Conselhos Municipais e de Escola através da reestruturação dos mesmos, a qualificação dos conselheiros escolares, com vistas a ampliar a participação da comunidade escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas.

B) POLÍTICA PEDAGÓGICA ADMINISTRATIVA

- Consolidar o caráter prioritário da Educação Infantil como etapa inicial do processo formativo do cidadão, na perspectiva de uma política educacional que não admita nenhuma criança fora da Escola e atenda as demandas do trabalho dos pais e responsáveis pela criança.
- Incorporar na política pedagógica administrativa ao território como espaço não formal de aprendizagens para integração das políticas educacionais aos demais setores do governo para formação integral dos estudantes, pais e comunidade em geral.
- Elaborar um Plano Municipal de Inclusão Digital, com capacitação docente e aquisição de equipamentos, destinando-se espaço, inclusive, para formação das famílias no contraturno.



- Dinamizar a Rádio FM Educativa, para transformá-la em um instrumento metodológico na construção de uma Escola que ultrapasse os muros, Escola Viva! Uma Cidade Educadora!

C) VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- Promover condições de trabalho digno, entendendo que a valorização profissional também envolve a contratação de número adequado de profissionais, atenção às demandas e particularidades de cada unidade escolar, além de respeito e motivação no dia a dia de trabalho são peças fundamentais para que se tenha um ambiente de trabalho digno.
- Implementar um processo de debate junto aos profissionais da educação para elaboração de um plano de cargos e carreira para os Profissionais da Educação, com critérios objetivos de promoção e política de reajuste permanente de acordo com a metas 17 e 18 do PNE- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e PEE Lei nº 16.279, de 08 de julho de 2016.
- Criar um Programa de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação de Piracicaba, para instituição de uma política permanente de formação em parceria com as Universidades.

D) ESPAÇO ESCOLAR E SUA INFRAESTRUTURA

- Organização do espaço escolar que torne os prédios escolares e as salas de aulas compatíveis com as novas demandas pedagógicas e de saúde e segurança sanitária.
- Criar uma política de segurança nas escolas como retorno das rondas escolares e mediadores de conflitos.

E) FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

- Incrementar progressivamente o investimento público em Educação, acima do patamar constitucional, com base em critérios de qualidade do ensino socialmente justo.
- Aplicar os recursos do FUNDEB, nos termos da nova lei, como ponto de partida para o financiamento da Educação Básica Municipal.



- Priorizar o Conselho Gestor do FUNDEB, obedecendo a paridade dos segmentos da comunidade escolar, sindicatos e sociedade civil organizada para maior transparência e controle social dos recursos.

F) RESPEITO À DIVERSIDADE

- Elaborar diretrizes que orientem a Rede Municipal de educação na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de ações que promovam o respeito, a convivência e o reconhecimento da diversidade, colaborando com a prevenção e a eliminação da violência sexista e do abuso sexual;
- Criar um programa de mediação de conflitos para a Rede Pública Municipal de Educação, que envolva educadores, estudantes, pais e comunidade, como estratégia de combate à violência escolar, principalmente o bullying e a intolerância religiosa;
- Fortalecer e reestruturar o Saúde Escolar, Programa que pode desenvolver ações no que diz respeito a prevenção, cuidados com a saúde, promoção da qualidade de vida e valores, através de atividades educativas, esportivas e culturais;
- Construir uma Escola Inclusiva que garanta a qualidade de ensino educacional a cada um de seus estudantes, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.
- Implementar a Lei 10639/2003 e a Lei 11.645/2008 que alteram a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.”

G) CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

- Investir em uma política educacional que busque a integração com a Ciência, a Tecnologia e a Inovação para percorrer o caminho rumo a um modelo de desenvolvimento baseado no conhecimento.
- Impulsionar o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Inovação como parte fundamental da formação para o mundo do trabalho e a ampliação das possibilidades de inclusão, justiça social, equidade, desenvolvimento e democracia.



- Promover a Inclusão Digital como uma ferramenta importante de acesso às tecnologias da informação e comunicação ofertada à população, capacitando as comunidades na prática básica das técnicas computacionais, voltadas para o aperfeiçoamento da qualificação profissional e para a melhoria do ensino.
- Popularizar a Ciência difundindo e divulgando a ciência para toda sociedade. Para isso serão realizadas olimpíadas e feiras científicas, recuperação de museus e centros de ciência e tecnologia, e criação da Semana Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- A Educação Infantil será a “menina dos olhos” de nosso governo.
- Não admitiremos que nenhuma criança ou mãe fique desamparada por falta de vaga e atendimento integral em horário estendido nas creches e pré-escolas. Todos os profissionais da educação envolvidos nesta política de atendimento integral de creches e pré-escolas em horário estendido serão devidamente remunerados e valorizados.
- Fortalecimento o pleno atendimento de forma integrada e integral aos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental
- Garantiremos a plena valorização dos profissionais da educação mediante plano de cargos e salários, reposição anual da inflação e formação continuada no próprio local e horário de trabalho, mediante convênios com universidades públicas e outras de reconhecida qualidade.
- Pleno atendimento os estudantes com deficiência, altas habilidades e superdotação, e TDH (transtorno de déficit de atenção com hiperatividade) com atendimento educacional especializado e garantia de inclusão progressiva nas salas regulares. Bem como criaremos centros de referência com pessoas com deficiência em parcerias com a APAE e outras entidades especializadas.
- Ofereceremos alimentação escolar de qualidade atendendo os padrões nutricionais com apoio a agricultura familiar.
- Realizar busca ativa para criação de salas descentralizadas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos na perspectiva de zerar o analfabetismo em Piracicaba.
- Criaremos no âmbito do Município Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
- Criar um centro de referência para atendimento da demanda de formação para o trabalho de jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência.



CULTURA

Ao dizer que “A arte existe porque a vida não basta”, partindo da frase original do também poeta e escritor português Fernando Pessoa (“A literatura, como toda a arte, é uma confissão de que a vida não basta”), o poeta maranhense Ferreira Gullar sintetizou o significado da arte, e porque não dizer, da Cultura de forma mais ampla.

A Cultura é a expressão da identidade e trajetória de um povo, do qual desenha o futuro. Sem a sua cultura, um povo não possui soberania e não é capaz de afirmar-se em si mesmo e no mundo.

O artigo 215 da Constituição Federal estabelece que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. É esse o nosso compromisso à frente da Prefeitura de Piracicaba.

Para além de sua extraordinária cultura popular e regional, nossa cidade possui uma riquíssima produção de bens culturais, nas artes plásticas e visuais, na música e em outras áreas. Assegurar o amplo acesso às condições de produção e fruição desses bens culturais é a diretriz que orientará nossa gestão, buscando concretizar, entre outros:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Reinstaurar o Conselho Municipal de Cultura, em bases democráticas, com caráter deliberativo e consultivo.
- Revisar e atualizar o Plano Municipal de Cultura com ampla participação social.
- Articular as políticas públicas de Cultura, de forma transversal, com as demais áreas da administração pública.
- Instituir iniciativas culturais voltadas aos idosos, entre as quais a volta da Seresta Itinerante e do Baile da Terceira Idade.
- Instituir o retorno do Tambu, Congada e Cururu.
- Reinstaurar a Sexta da Seresta na Rua do Porto, a ser realizada uma vez a cada mês.
- Criar pontos de cultura nas cinco regiões do Município para valorização e incentivo das diferentes manifestações culturais.
- Promover em articulação com a Secretaria da Educação, a integração das políticas educacionais e culturais, com realização de atividades e oficinas nas



escolas públicas e centros de Cultura e Lazer com ênfase nas atividades de Educação Física e Artes Cênicas, Plásticas e Musicais e Visuais.

- Promover articulação com as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural e com a Secretaria da Educação, visando ativar lugares de memória, com sinalização e descrição visíveis e adequados, para formação das presentes e futuras gerações, em benefício da ideia de uma cidade educadora, além de ampliar a integração territorial de equipamentos de educação, cultura e lazer.
- Promover o acesso das pessoas com deficiência à produção e fruição de bens e atividades culturais.
- Produzir e forma articulada com Coordenadoria de Igualdade Racial, material audiovisual para preservação do patrimônio material e imaterial referenciado nas tradições da cultura negra, indígena e popular.
- Participar da organização de festivais de capoeira, promovendo a visibilidade dessa manifestação cultural e a adesão, principalmente de crianças e jovens, respeitando-a e valorizando-a como uma prática cultural holística de grande valor social.
- Destinar e/ou aumentar recursos para o reforço da produção cultural local, em especial a de origem afrodescendente e indígena, sua visibilidade no município e fora dele, buscando a autonomia financeira dos produtores.
- Ampliar os programas e ações de fomento para as associações negras e indígenas, clubes, escolas de samba, cordões carnavalescos dentre outras expressões culturais como forma de preservar parte significativa do patrimônio cultural material e imaterial.
- Retomar o carnaval de rua em Piracicaba, possibilitando a participação popular por meio de blocos e cordões, cabendo à prefeitura organizar a infraestrutura pública para esta finalidade.
- Trabalhar juntamente com a Coordenadoria de Igualdade Racial na dinamização do Centro da Cultura Negra.
- Trabalhar, juntamente com outras áreas da prefeitura, na integração da política preservacionista com as dimensões cultural, educacional, turística e econômica de Piracicaba e com sua política de planejamento e ordenação urbana.
- Juntamente com outras áreas da prefeitura, como Educação e Comunicação Social, viabilizar Programa de Valorização da Cultura Popular Piracicabana, com ampla participação popular, como forma de fortalecer a identidade piracicabana, o sentimento de pertencimento da população e a identificação com o poder público municipal.



- Implementar e ampliar as políticas de valorização dos salões e exposições de artes e cultura no município tais como Salão Internacional de Humor e Salão de Arte Contemporânea.
- Retomar o caráter público das festas populares e torná-las mais acessíveis à população, a exemplo das Festas das Nações.
- Fortalecer as festas de colônias de imigrantes em Piracicaba.
- Promover o estímulo à participação em atividades culturais tais como: Festa do Milho, Festa da Mandioca, Festa da Polenta e outras.
- Apoiar e fortalecer a Festa do Divino.
- Fortalecer as festas regionais que se realizam em Tanquinho, Artêmis, Santana e Santa Olímpia, Bairro Campestre, e outras.
- Retomar o Engenho Central como espaço público de excelência para a democratização da Arte e da Cultura na cidade.
- Destinar verbas da Lei Aldir Blanc para o fomento de todas as atividades culturais.
- Nos feriados e finais de semana, abrir a Praça José Bonifácio e outros locais da cidade para atividades culturais populares, articuladas com feiras e iniciativas no campo da produção de artesanato e outras produções de pequenos produtores coerentes com a cultura e o lazer.

ESPORTES E LAZER

Os Esportes e o Lazer são, sem dúvida, atividades impulsionadoras da condição humana, no sentido da saúde, da paz e bem-estar, pelos seus desafios, competitividade e socialização.

Queremos realizar no Município de Piracicaba uma política pública de Esportes e Lazer inclusiva, que atenda os anseios e necessidades de toda a população, especialmente da grande parcela composta por jovens e adolescentes pobres, moradores da periferia, que hoje se encontram desassistidos e vulneráveis.

OBJETIVOS ESTRATEGICOS:

- Construir o Plano Municipal de Esportes e Lazer como política de Estado, que não sofra descontinuidade com a alternância no governo municipal.



- Implementar a articulação entre Esportes, Lazer, Saúde, Educação, Assistência Social.
- Promover jogos comunitários em diferentes modalidades, articulados com atividades culturais e de saúde preventiva.
- Garantir acessibilidade para pessoas com deficiência ao esporte e ao lazer.
- Aperfeiçoar as políticas públicas de Esportes e Lazer para os idosos.
- Fomentar os esportes nas escolas públicas, no contra turno.
- Implementar academias para exercícios físicos, bem como espaços para a prática de esportes e lazer em todas as praças públicas e outros espaços nos bairros.
- Constituir coletivos de esportes nos bairros.
- Retomar o Projeto Desporto de Base utilizando os centros esportivos e comunitários. Contratar mais profissionais de Educação Física para suprimimento do déficit hoje existente.
- Implementar política de formação de atletas Piracicabanos em parceria com as universidades e outras entidades esportivas.
- Fortalecer e valorizar o esporte amador, com verbas específicas.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Esportes e Lazer com ampla participação popular que terá, entre suas atribuições, a cada dois anos, a convocação da Conferência Municipal de Esportes e Lazer, precedida de conferências setoriais.
- Implementar o Fórum Municipal de Esportes e Lazer, que terá entre suas atribuições, fiscalizar e efetivas as decisões do Conselho Municipal de Esportes e Lazer e organizar a Conferência Municipal de Esportes e Lazer, bem como as conferências setoriais.
- Criar o Fundo Municipal de Esportes e Lazer, para financiamento das políticas públicas voltadas ao setor.

SAÚDE

É fundamental a qualificação da Atenção Básica da Saúde, para ampliar acesso e capacidade resolutiva dos problemas. Neste contexto, é estratégico, entre outras ações, o fortalecimento do Programa Saúde da Família (PSF/USF), com ações preventivas e de controle, reforçando a proximidade e o vínculo estabelecido entre comunidade e profissionais da saúde. Novas metas precisam ser estabelecidas e alcançadas.



Para dar consistência ao atendimento o ponto de partida é a criação de um processo de planejamento, monitoramento e avaliação participativo.

Nosso programa tem como principais diretrizes:

- A) Saúde como um direito.
- B) Consolidação do Sistema Único de Saúde.
- C) Financiamento do SUS.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Complementar o quadro de profissionais de saúde (médicos clínicos gerais e especialistas) nas equipes de Saúde da Família, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), e incrementação dos Centros de Referência Básica - CRABs.
- Agilizar nas UBS os pedidos de exames de alta complexidade (ultrassom, biópsias, tomografias, ecocardiogramas, endoscopias, etc.)
- Redimensionar e aprimorar a gestão da rede de UPAS para melhor atendimento de saúde da população.
- Ampliar o número de Programas Saúde da Família/USF, bem como, das Unidades Básicas da Saúde no Município.
- Utilizar a tele medicina em casos específicos de baixa complexidade e/ou orientação e acompanhamento de pacientes. A consulta presencial, com médico, é insubstituível.
- Descentralizar exames de alta complexidade, aprimorando a policlínica Santa Terezinha e criar novo polo.
- Recrear a Ouvidoria da Saúde sob a supervisão do conselho municipal de Saúde.
- Implementar políticas de saúde integral para pessoas trans, de acordo com a Portaria 2.803/2013 do SUS e com a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (Portaria 2.836/2011).
- Criar um programa de estímulo aos servidores públicos da Saúde, com efetivação do plano de cargos, carreira e salários, cursos de formação, treinamentos e capacitação, por meio de programas de educação continuada para a Rede SUS de Piracicaba.
- Ampliar o Programa de Saúde da Mulher e municipalizar o hospital ILUMA para atendimento preventivo e especialidades da Saúde da Mulher.
- Ampliar o Programa de Atendimento Domiciliar – PAD, especialmente para pacientes acamados e incapacitados, mesmo em áreas onde já existem Uni-



dades de Saúde da Família, com vistas a diminuir o índice de internação e reinternação de casos crônicos.

- Ampliar o atendimento à saúde mental e dependência química.
- Ampliar a participação do município no Programa Mais Médicos do governo federal.
- Criar programa permanente de Saúde Bucal e ampliar o atendimento odontológico.

MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Frente ao cenário mundial, nacional e municipal, defendemos a sustentabilidade socioambiental como resultado e motivação para a articulação das políticas públicas no âmbito social, ambiental, econômico, cultural e ético, de modo a garantir a conservação da vida humana e da natureza como um todo, em sua plena diversidade e complexidade, hoje e sempre. Isso implica a perspectiva de que os ganhos e benefícios do desenvolvimento econômico sejam apropriados por toda a população, com estabilidade e distribuição.

O desenvolvimento econômico e a inclusão social não devem acarretar o desequilíbrio ecológico-ambiental e destruir a natureza. A sustentabilidade é essencial para garantir o direito à cidadania e superar a pobreza, a violência e as desigualdades. Nosso compromisso é de enfrentamento dos desafios trazidos pelas mudanças climáticas à governança municipal.

A transição ecológica é um processo estratégico necessário voltado à construção de uma sociedade sustentável, justa, inclusiva e solidária, que respeita todas as formas de vida e garanta a melhoria das condições existenciais de toda a humanidade e de cada pessoa que habite nosso Município.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Instituir a Política Municipal de Combate às Mudanças Climáticas como política de Estado.
- Instituir o Programa Cidades Resilientes da Organização das Nações Unidas - ONU proporcionando condições ao município para gerir os seus riscos, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, além de iniciar o processo de promoção e implementação da cultura de gestão de riscos (prevenção e mitigação).



- Instituir o Programa de Gerenciamento de Ocorrências proporcionando condições ao município para gerenciar as suas ocorrências, conforme o CO-BRADE, bem como começar o processo planejado e periódico de tal gerenciamento (preparação, resposta e recuperação ou reconstrução).
- Instituir um Plano Local de Ações Climáticas, segregado por regiões, com ações, metas e indicadores.
- Criar Política de infraestrutura Verde e arborização urbana e áreas verdes.
- Integrar as regiões urbanas, periurbanas e rurais com programas e projetos que fortalecem a agricultura e a restauração de áreas degradadas.
- Implementar leis que regulamentem ações para mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas, incluindo a lente da justiça climática.
- Garantir recursos para a proteção, consolidação e conservação da biodiversidade da fauna nativa local.
- Criar e fortalecer políticas públicas voltadas para a transição agroecológica em espaços urbanos, periurbanos e rurais.
- Reorganizar o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, com o direcionamento dos resíduos orgânicos e de podas de árvores para uma agricultura mais sustentável, com a transformação desse recurso em material triturado para a cobertura de solo ou para o uso em compostagens.
- Desenvolver, colocar em prática e destinar recursos para um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.
- Promover a participação popular no controle de Políticas Públicas, principalmente dos grupos mais vulneráveis aos efeitos negativos das mudanças do clima, e elevar a efetividade de tais políticas.
- possibilitar a educação climática no ensino fundamental da rede municipal e elevar a conscientização em tempos de crise climática.
- Construir uma educação ambiental permanente, continuada, articulada e com a totalidade dos munícipes, especialmente junto à comunidade escolar.
- Formular políticas de Transição Ecológica acompanhadas da mais ampla participação popular e cidadã com controle social.
- Estimular a criação de tecnologias sociais inovadoras no campo do saneamento ambiental são essenciais para expandir todo o seu alcance para a totalidade dos munícipes, baixando custos e descentralizando a economia e o poder que hoje estão nas mãos de grandes corporações.
- Estimular a responsabilidade e a participação da sociedade nas iniciativas de controle da poluição e do impacto ambiental, dentre outras medidas ca-



pazes de promover uma nova cultura de relação do município como um todo.

- Efetuar podas que não mutilam as árvores e adequar a varrição das ruas e cuidados com a vegetação dos terrenos baldios, públicos e privados, inclusive com a destinação de parte deles para centrais de reciclagem e produção agregada, podem estar aliadas a um efetivo sistema descentralizado de produção de compostagem orgânica que possibilite incorporar melhorias aos solos locais e embelezamento da cidade, além de sua potencialidade educadora e para gerar trabalho e renda.
- Propor e desenvolver democraticamente, metas e indicadores de sustentabilidade socioambiental nos âmbitos de arborização urbana, recuperação de nascentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos (reciclagem) e demais temas ambientais importantes, elencados em consonância com o Plano Diretor do Município, Plano de Bacias, Plano de Saneamento e Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
- Aperfeiçoar e captar recursos para a Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), incluindo também as zonas urbanas, em especial os catadores de material reciclado.
- Propor leis de incentivos a hortas urbanas e periurbanas orgânicas e à produção agroecológica familiar, bem como à educação ambiental e à recuperação de áreas degradadas, nos termos das legislações ambientais vigentes.
- Propor e aprimorar políticas públicas voltadas à alimentação escolar municipal ser abastecida com alimentos orgânicos, agroecológicos e, de preferência, da produção local.
- Incentivar o planejamento de núcleos habitacionais de maneira ecológica, prevendo aquecimento solar, arborização, captação de água de chuva, reuso de água, energia fotovoltaica para as residências quando possível, arborização urbana com espécies nativas e percolamento de águas pluviais, a fim de não prejudicar os lençóis freáticos.
- Dar destinação adequada aos resíduos sólidos, priorizando a produção descentralizada e cooperativa de compostagem orgânica e outras possibilidades de cadeias produtivas oriundas da reciclagem e produção local.
- Elaborar e aprimorar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, liderado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com indicadores e metas, e incluído as cooperativas de catadores de materiais recicláveis como uma ferramenta municipal de gestão de resíduos sólidos.
- Buscar alternativas para a rápida comercialização dos materiais recicláveis processados pelas cooperativas de catadores.



- Buscar a implementação da logística reversa e comprometer as indústrias e comércios geradores de resíduos com a destinação adequada das embalagens e produtos.
- Ampliar, qualificar e adequar os Eco Pontos Municipais.
- Promover a gestão integral da qualidade do ar, considerando vários fatores, como mobilidade, energia, resíduos, água, biodiversidade, áreas verdes, dentre outras.
- Criar legislação que obrigue a permeabilidade do solo e a proteção de áreas sujeitas às inundações como margens e várzeas de rios e córregos.
- Elaborar um plano de recuperação das áreas de várzea, APP e reservas legais de todo o município.
- Elaborar Plano Municipal de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, para priorizar ações e obras e implantar sistemas para controle e monitoramento de inundações, e plano de socorro às vítimas que se encontram em áreas de risco de inundações.
- Fazer a manutenção permanente do sistema de drenagem urbana e o desassoreamento de rios e córregos.
- Manter rigorosa separação entre águas pluviais e esgoto para, de um lado, não sobrecarregar a rede de esgoto e, de outro, evitar maior poluição hídrica.
- Proporcionar condições ao município para gerir os seus riscos, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres -COBRADE, além de iniciar o processo de promoção e implementação da cultura de gestão de riscos (prevenção e mitigação).
- Estruturar Governança adequada via Criação de Comitê com representantes dos órgãos que integram o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC e com representantes de Organizações da Sociedade Civil – OSC interessadas no tema.
- Elaborar e aprovar um Diagnóstico sobre o Nível de Resiliência do Município.
- Elaborar e aprovar o Plano Local, de forma regionalizada, de Redução de Riscos de Desastres.
- Fortalecer o Órgão Municipal de Defesa Civil para que tenha recursos e condições para cumprir com as suas atribuições em tempos de crise climática e para cumprir com o seu papel de gerir o SIMPDEC.
- Elaborar e aprovar o Plano Local de Ações Climáticas e institucionalizar neste plano local (metas, ações e indicadores).



- Articular, comunicar e aproximar da comissão municipal de mudanças climáticas - COMCLIMA para discutir e definir as estratégias e o método a ser utilizado na concepção do Plano Local de Ações Climáticas – PLAC.
- Criar e operacionalizar Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil em Áreas de Risco.
- Executar Projetos Pilotos relativos à Iniciativa “Escolas Mais Seguras” (Redução de Riscos de Desastres nas Escolas).
- Aumentar a disponibilidade de recursos (Orçamento Público, Recursos Humanos, Tecnológicos e Equipamentos) para o cumprimento das suas atribuições e para gerir o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC.
- Coordenar ações do SIMPDEC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
- Apoiar a estrutura para controle social (Comitê com representantes dos órgãos públicos do SIMPDEC e com representantes de Organizações da Sociedade Civil – OSC).
- Articular a criação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC em regiões com Áreas de Risco.
- Implementar a Iniciativa Construindo Cidades Resilientes das Organizações das Nações Unidas - ONU.
- Prevenir desastres pela atualização do mapa das áreas de risco, vistorias em edificações e em áreas de risco, informação à população sobre áreas de risco.
- Mitigar desastres pela articulação para fiscalizações das áreas de risco, Evacuação da população das áreas de alto risco e de edificações vulneráveis.
- Preparar respostas às ocorrências e responder imediatamente às ocorrências.
- Recuperar serviços essenciais e reconstruir infraestruturas para melhorar a resiliência.
- Fortalecer a conscientização e iniciar processo de promoção e implementação da cultura da gestão de riscos (prevenção e mitigação) e do gerenciamento de ocorrências (preparação, resposta e recuperação) junto a atores estratégicos.

SANEAMENTO AMBIENTAL

Universalizar o acesso da população à água potável, ao esgotamento sanitário devidamente tratado, à coleta e disposição final de resíduos sólidos devidamente



adequados e tratados, à segurança contra desastres naturais e intemperes advindos das mudanças climáticas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Revisão e Atualização Completa do Plano Diretor de Captação, Tratamento, Reservação e Distribuição de Água, integrado com o Plano Diretor do Município, com o Plano Municipal de Preservação dos Mananciais e com o Plano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos Municipal e Regional.
- Revisão e Atualização Completa do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário (Captação, Transporte, Tratamentos e Destinação Final), integrado com o Plano Diretor do Município e com o Plano Municipal de Tratamento de Efluentes Orgânicos e Inorgânicos (residenciais, comerciais e industriais).
- Revisão e Atualização Completa do Plano Diretor de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbano e Rural (perigosos ou não) integrado com o Plano Diretor do Município.
- Elaborar um Plano Diretor de Macro e Micro Drenagem (Urbano e Rural) integrado ao Plano Diretor do Município.
- Revisão e Atualização Completa do Plano Diretor de Arborização Municipal.
- Retomar o protagonismo e a liderança na luta pela recuperação do Rio Piracicaba, notadamente para o fortalecimento do Consórcio e do Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.
- Liderar e fortalecer um Fórum Municipal sobre Mudanças Climáticas e a elaboração e implementação de uma Política e um Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, partindo de iniciativas da sociedade civil, já em andamento e complementando um diagnóstico municipal sintonizado com o “inventário das emissões dos Gases do efeito estufa” e “avaliação dos riscos climáticos” que estão sendo produzidos nas esferas estaduais, nacional e planetária. Medidas de incentivo fiscal à indústria de baixo carbono são exemplos de iniciativas que podem ser tomadas.
- Implementar tecnologias sociais inovadoras no campo do saneamento ambiental como essenciais para expandir todo o seu alcance para a totalidade dos munícipes, baixando custos e descentralizando a economia e o poder que hoje estão nas mãos de grandes corporações.
- Propor e desenvolver democraticamente, metas e indicadores de sustentabilidade socioambiental nos âmbitos de arborização urbana, recuperação de nascentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos (reciclagem) e demais temas ambientais importantes, elencados em consonância com o

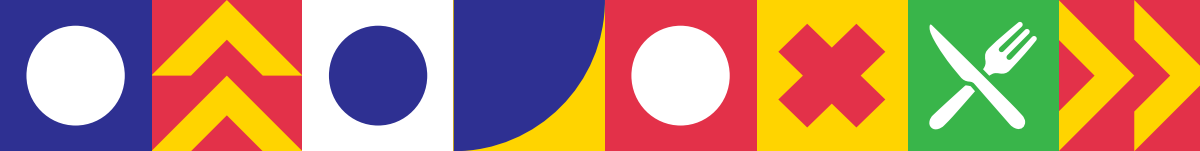


Plano Diretor do Município, Plano de Bacias, Plano de Saneamento e Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

- Aperfeiçoar e captar recursos para a Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), incluindo também as zonas urbanas.
- Dar destinação adequada aos resíduos sólidos, priorizando a produção descentralizada e cooperativa de compostagem orgânica e outras possibilidades de cadeias produtivas oriundas da reciclagem e produção local.
- Elaborar e aprimorar de forma participativa o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, liderado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com indicadores e metas, e incluído as cooperativas de catadores de materiais recicláveis como uma ferramenta municipal de gestão de resíduos sólidos.
- Buscar alternativas para a rápida comercialização dos materiais recicláveis processados pelas cooperativas de catadores.
- Buscar a implementação da logística reversa e comprometer as indústrias e comércios geradores de resíduos com a destinação adequada das embalagens e produtos.
- Ampliar, melhorar e modernizar os Eco Pontos Municipais.
- Revisar e Melhorar a legislação que obriga a permeabilidade do solo e a proteção de áreas sujeitas às inundações como margens e várzeas de rios e córregos.
- Elaborar um plano de recuperação das áreas de várzea, app e reservas legais de todo o município.
- Elaborar Plano de Macro e Micro Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, para priorizar ações e obras e implantar sistemas para controle e monitoramento de inundações, e plano de socorro às vítimas que se encontram em áreas de risco de inundações.
- Elaborar estudo e implantar uma solução viável para as causas das enchentes do Córrego Itapeva (AV. 31 de Março e Armando Salles de Oliveira).
- Atuar em parceria com o DAEE (Departamento de Água e Energia do Estado) e SAISP (Sistema de Alerta a Inundações do Estado de São Paulo) para o uso do monitoramento hidrológico da Bacia do Rio Piracicaba no intuito de prever e tomar ações nos casos de cheias do Rio Piracicaba.
- Fazer a manutenção permanente do sistema de drenagem urbana e o desassoreamento de rios e córregos.
- Pavimentar e qualificar vias urbanas, considerando os sistemas de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas permeáveis, dentre outras alternativas.



- Buscar fontes de financiamento para estudos e obras voltados à macro e micro drenagem urbana.
- Defender o caráter público e a titularidade municipal dos serviços de saneamento básico e combater sua privatização.
- Ampliar a disponibilidade hídrica para abastecimento público, priorizando políticas de gestão de recursos hídricos e o Plano de Bacias, defesa de instituição de compensação financeira para proprietários de áreas produtoras de água, utilização de águas pluviais e de reuso, considerando os balanços hídricos das bacias e microbacias, em substituição às grandes obras de engenharia de alto custo e forte impacto ambiental.
- Para pleno atendimento à ODS 6 “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”, impõe-se desenvolver decididos esforços para captar recursos, a baixo custo, assim como garantir que eventual excedente do SEMAE seja direcionado prioritariamente para obras, melhorias e ampliação dos sistemas de saneamento, a fim de não onerar a população. A recuperação da capacidade de planejamento, financeira e operacional do SEMAE é imprescindível.
- Manter rigorosa separação entre águas pluviais e esgoto para, de um lado, não sobrecarregar a rede de esgoto e, de outro, evitar maior poluição hídrica.
- Fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade de os imóveis estarem ligados à rede de esgoto, onde houver.
- Estabelecer acesso à tarifa social a todas as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda ou, que estejam abaixo da linha da pobreza, e manter fornecimento de água para famílias sem condição de pagamento.
- Fazer um levantamento preciso dos bairros e domicílios que ainda não estejam contemplados com a rede distribuidora de água, coleta e tratamento de esgotos, bem como os lançamentos de esgotos e efluentes sem regulamentação nos corpos hídricos de nossa cidade; corrigir estes pontos rumo à universalização do saneamento em nossa cidade.
- Elaborar um projeto plurianual de controle e diminuição de perdas físicas de água tratada e executá-lo a fim de diminuir substancialmente as mesmas tendo como meta a perda máxima de 10% da água tratada; elaborar e executar um plano de substituição gradativa das adutoras e redes de distribuição de água de metal para tubulações de PVC ou PEAD, priorizando pontos com altos índices de vazamentos.



HABITAÇÃO E URBANISMO

Urbanismo é um tema que deve ser trabalhado sob a perspectiva do direito à cidade. Este, por sua vez, deve ser traduzido como o acesso a um conjunto maior de direitos que têm na cidade seu espaço mais importante de realização, tais como a saúde, a educação, a moradia, a cultura, o trabalho, o lazer, o transporte, a segurança, a proteção do meio ambiente e o saneamento básico, a alimentação, e a assistência social, dentre outros. Afinal, a cidade é a principal invenção da inteligência humana e não se constitui apenas como o espaço onde as relações sociais acontecem. Mais do que isso, o território urbanizado deve induzir a formação de um novo tecido social, capaz de ampliar os laços de cooperação e solidariedade entre os cidadãos e também um ambiente de estímulo à inovação, ao conhecimento e aos novos negócios, tudo em benefício de uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna, participativa e próspera.

Nosso programa tem como principais diretrizes:

- A) O direito à cidade para todos os piracicabanos;
- B) A ordenação do território a partir das premissas da inclusão, do desenvolvimento econômico e social, a gestão democrática e a sustentabilidade, social, ambiental e econômica;
- C) O subsídio à produção habitacional, em compasso com as políticas nacionais e estaduais de moradia, pelo Município, inclusive por meio de parceria público-privada;
- D) A regularização fundiária, a reforma e regularização de edificações;
- E) Os princípios básicos organizadores das cidades educadoras.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Revisar o Plano Diretor, visando ampliar as oportunidades de acesso a direitos sociais aos moradores de Piracicaba;
- Instituir uma política habitacional articulada com o Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio de programas de financiamento da casa própria, e também políticas de incentivo ao aluguel social;
- Promover a segmentação da política habitacional a partir das necessidades específicas de grupos sociais e das famílias, tais como moradias para casais jovens com filhos pequenos, para estudantes universitários, para famílias em reestruturação decorrente de separação e divórcio, para mulheres em situa-



ção de vulnerabilidade e mães solo, para idosos com ou sem rede de apoio e pessoas com deficiência (PCDs);

- Ampliar a regularização fundiária de núcleos urbanos informais, com titulação de seus ocupantes e provisão de medidas urbanísticas e sociais voltadas a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes;
- Implantar lotes urbanizados nos vazios urbanos através de Urbanizações Consorciadas visando a autoconstrução (mutirão) com fornecimento de cesta básicas de materiais de construção civil aos adquirentes, mediante, dentre outros, a reformulação da ENDAP.
- Criar uma política municipal de arborização urbana e também medidas de incentivo a hortas urbanas e outras soluções baseadas na natureza (SBNs), ampliando, também, os parques urbanos públicos e privados de uso público;
- Estimular, por meio de subsídios, o acesso a painéis solares nas residências e prédios privados de uso comercial, de serviços ou industrial.
- Ativar lugares de memória da cidade, com sinalização e descrição visíveis e adequados, para formação das presentes e futuras gerações, em benefício da ideia de cidade educadora, além de ampliar a integração territorial de equipamentos de educação, cultura e lazer.
- Realizar um concurso de projetos para o centro de Piracicaba, visando resgatar suas qualidades urbanísticas e adaptá-lo às necessidades atuais das cidades, notadamente a ampliação do acesso à moradia no centro, visando uso misto, qualificação da estrutura varejista e ampliação do acesso da infraestrutura públicas pelos cidadãos.

MOBILIDADE URBANA E RURAL

O direito ao transporte como direito social é uma conquista decorrente de grande mobilização social. Do seu atendimento, dependem todos os demais direitos sociais consagrados na Constituição Cidadã de 1988, posto que o acesso a equipamentos públicos de educação, saúde, cultura, lazer e assistência social depende da circulação das pessoas. Contemporaneamente, este tema tem ganhado importante acento ambiental, na medida em que as emissões produzidas por modais de transporte individual e coletivo dependentes de combustíveis fósseis estão entre as principais causas do efeito estufa. Para reverter este processo, em Piracicaba, é preciso empenhar esforços de aperfeiçoamento das modalidades de concessão do transporte público, que devem incluir metas de transição para incorporar veículos não poluentes, a ampliação dos pontos públicos de recarga de veículos elétricos ou híbridos plug-in, além de investimento em pesquisa e desenvolvimento para tornar o transporte mais inteligente, seguro e confortável, com aproveitamento racional



da infraestrutura existente e democratização de seu uso por diversos modais de transporte.

Nosso programa tem como principais diretrizes:

- A) A sustentabilidade ambiental, social e econômica.
- B) A articulação entre planejamento urbano e políticas de mobilidade, visando ampliar o aproveitamento da infraestrutura existente e o crescimento ordenado da cidade, com redução de deslocamentos.
- C) O estímulo ao transporte coletivo.
- D) A ativação das calçadas para a mobilidade ativa de todas e todos, em particular para as necessidades de crianças, pessoas com deficiências e idosos
- E) O subsídio do transporte público para segmentos sociais vulneráveis

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Criar e instituir uma política municipal de mobilidade que guarde coerência com o plano diretor e a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo;
- Estimular e subsidiar a criação de uma cadeia produtiva de mobilidade limpa em Piracicaba, com mobilização de recursos federais, via BNDES, e internacionais, para apoio à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, em parceria com institutos de pesquisa, universidades e setor produtivo, para geração de emprego qualificado, renda e conhecimento;
- Instituir uma política ciclovária municipal, articulada com os demais modais de transporte coletivo;
- Apoiar o desenvolvimento de tecnologias de propulsão híbrida para veículos automotores que aproveitem, entre outros, as vantagens econômicas do etanol e de outros combustíveis limpos;
- Aperfeiçoar a mobilidade rural, ampliando o acesso aos benefícios da urbanização à população que vive no campo;
- Ampliar gratuidades e subsídios tarifários do transporte público coletivo para estudantes, idosos, desempregados e pessoas que estejam em tratamento médico e necessitem se deslocar para acessar equipamentos sociais e de saúde;
- Criar uma política municipal de redução de velocidade no entorno de escolas e hospitais e outros equipamentos de grande circulação de pessoas, com sinalização adequada, para redução de acidentes;



- Apoiar moradores e comerciantes na requalificação das calçadas com vistas à inclusão de pessoas com deficiência, crianças e idosos, a partir de suas demandas específicas para uso da mobilidade ativa.
- Estruturar a política de iluminação pública visando ampliar a cobertura de calçadas, para ampliar a sensação de segurança dos cidadãos

SEGURANÇA PÚBLICA

Embora Segurança Pública seja um tema de alta complexidade, os municípios vêm desempenhando um papel fundamental na tomada de decisões para o desenvolvimento de políticas públicas, com atenção enfática nas áreas de prevenção a criminalidade, segurança de base e de preservação de vidas.

A melhora substancial na qualidade do atendimento dos órgãos de segurança, passa impreterivelmente pelas ações dos municípios, visando as soluções de problemas, adoção de ações sociais e preventivas de base.

Com a aprovação do Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei 13022/2014), as corporações passaram a desempenhar papel fundamental nas áreas técnicas da segurança pública, sendo incluídas ainda no SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) do Ministério da Justiça Federal, aliando-se a necessidade de atendimento às normativas dos governos da União e do Estado, para captação de recursos oriundos de convênios.

Um plano de reestruturação da Guarda Civil em conjunto com o Plano Municipal de Segurança, tem como diretriz a gestão integrada das ações dos setores de segurança, através da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal, Polícia Judiciária, Polícia Penal, Defesa Civil e a Guarda Civil Municipal, além dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG's) (MAPR) e organizações representativas da sociedade civil.

Nossa proposta tem como uma de suas prioridades, a modernização, capacitação, qualificação dos operadores da segurança pública, bem como, garantir os direitos humanos, fundamentais e sociais de toda sociedade.

A Guarda Civil Municipal deve ocupar seu papel fundamental, ora esquecido, na sociedade e no capítulo da segurança pública, ou seja, a de assumir o compromisso de trazer a “SEGURANÇA BÁSICA” (MAPR) como missão principal. A prevenção deve acompanhar cada passo da corporação.

A Guarda Municipal é uma corporação inserida nos trabalhos preventivos, fomentando ideias, gerando informações através do setor de inteligência para a criação de novas políticas públicas de segurança e executando funções para impedir e prevenir que o crime ou as crises se instalem no município. Além disso, ter-



mos condições trazer tranquilidade nos ambientes escolares, nos inúmeros postos de serviços atendidos, seja no monitoramento de segurança eletrônica ou no patrulhamento preventivo ou nos espaços de domínio público.

Definir ações para diminuição de perdas e preservação de vidas, integrando as forças de segurança para o entendimento vital das ações de prevenção e segurança básica.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Revisar o estatuto da Guarda Civil Metropolitana de Piracicaba - GCMP
- Realizar o treinamento e qualificação das equipes com maior frequência, devido a necessidade e características do atendimento, inclusive implantando o curso de atendimento pré-hospitalar (APH), evitando a perda de vidas..
- Investir em equipamentos que tragam o menor índice de letalidade.
- Ampliar a rede de atendimento oferecido pela GCMP, a criação de uma viatura (base móvel) totalmente repaginada para o projeto “mulher mais segura” com equipe qualificada e estrutura adequada em locais estratégicos e assim aumentar a rede de segurança básica nos bairros.
- Criar o manual de procedimentos operacionais de atendimento padrão, com a finalidade de otimizar e legitimar os serviços prestados.
- Criar programa de mediação escolar para atendimento de crises no ambiente escolar, com treinamento para os funcionários, colaboradores e alunos. A ideia é prevenir as invasões com resultados de perdas de vidas nas escolas.
- Executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados.
- Ampliação e qualificação dos agentes GCM criação do grupamento de trânsito e readequação da frota existente para que a corporação amplie o fator preventivo no sistema viário, já que a lei 14.599 de 14/07/2023 (CONTRAN) agregou as competências de mais 99 enquadramentos do manual brasileiro de fiscalização de trânsito
- Qualificar os agentes GCMP para proteção dos grupos vulneráveis e defesa social.
- Criar o setor de Inteligência e gerenciamento de ocorrências, com o atributo de captar as demandas da central de monitoramento e da central de operações, elaborando o planejamento estratégico para o patrulhamento preventivo orientado, coordenando o deslocamento das viaturas para as lo-



calidades onde os dados apontam o crescimento de incidências criminais, bem como determinado a tipicidade dos delitos. O setor ainda será capaz de desenvolver conteúdos para a formulação de políticas públicas de prevenção à crimes violentos.

- Ampliar e qualificar os agentes da GCMP.
- Criação do grupamento de trânsito e readequação da frota existente para que a corporação amplie o fator preventivo no sistema viário, já que a lei 14.599 de 14/07/2023 (CONTRAN) agregou as competências de mais 99 enquadramentos do manual brasileiro de fiscalização de trânsito.
- Realizar convênio com o Ministério da Justiça no âmbito do Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania, visando qualificar os agentes da GCMP para proteção dos grupos vulneráveis e defesa social.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM TRABALHO, EMPREGO E RENDA

A promoção da geração de trabalho, emprego e renda à população economicamente ativa e grupos socialmente vulneráveis, incentivando a capacitação e qualificação profissional com estratégia de inclusão digital, divulgando e mapeando os atrativos do município para criar ambiente favorável de manutenção e instalação de novos empregos são nossas diretrizes fundamentais.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Apoiar a criação de incubadoras de “startups” no município.
- Criar o programa de feiras da pequena produção e dos pequenos produtores rurais.
- Criar a Feira Agrícola, Comercial, Industrial e de Serviços de Piracicaba (FACISPIRA) e aprimorar a comunicação acerca do desenvolvimento econômico urbano, rural e do turismo entre o setor público e o setor privado do município, física e digitalmente, organizando os dados, produzindo indicadores, divulgando as informações e integrando as entidades, as pessoas e a economia local.
- Fortalecer os varejões de produtos hortifrutigranjeiros.



- Criar e estruturar uma Incubadora Pública de Economia Criativa e Solidária, criando um espaço voltado ao turismo, de modo a movimentar a economia e criar renda para as famílias.
- Implementar ações de caráter Intersectorial, por meio da inclusão produtiva, formação e qualificação para o trabalho em iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais que articulem redes de educação, saúde e de economia solidária com recursos disponíveis.
- Criar um Programa de Empreendedorismo para a Economia Solidária e Criativa, associado a instituição de um Centro Produtivo da mesma.
- Apoiar e fortalecer micro e pequenos empresários nos bairros.
- Manter uma articulação permanente da agenda de eventos da cidade, visando sua divulgação unificada, potencializando assim sua atratividade turística.
- Criar programa voltado ao fortalecimento do empreendedorismo das associações que desenvolvam projetos, produtos, artesanatos, festas e eventos que resgatem e divulgam as diversas manifestações populares e étnica-culturais.
- Criar e estruturar Centros de Cultura Digital.
- Criar o Programa “Cidade Inteligente”, fomentando uma melhor conectividade e funcionamento das novas tecnologias digitais, melhorando as ofertas de serviços inteligentes, e a conexão entre o mundo digital e o mundo físico.
- Criar um programa que mantenha diálogo permanente com o comércio ambulante informal, em especial regulamentando e criando espaços específicos para o seu funcionamento.
- Oferecer às empresas incentivos fiscais, tributários e creditícios com alíquotas diferenciadas, tendo como contrapartida a geração de empregos.
- Incentivar empresas a oferecerem o “primeiro emprego”, estágios e programas de aprendizado para jovens e desempregados, por meio de convênios com o CIEE, Sebrae, Sistema S.
- Ampliar os investimentos em infraestrutura básica, como pavimentação, transporte, iluminação, saneamento básico, energia e comunicação, o que facilita a instalação de novas empresas e o crescimento das já existentes.
- Instituir no município novas Zonas Territoriais Específicas (Distritos) para o desenvolvimento industrial, comercial, logístico e tecnológico, dirigido a empresas de pequeno, médio e grande porte com infraestrutura adequada e incentivos fiscais, tributários e creditícios específicos.



- Construir em parceria com a iniciativa privada um Centro de Convenções visando facilitar a realização de eventos, tornando a cidade uma referência aos eventos ligados ao Agronegócio e Economia Verde, bem como em Turismo de Negócios e Lazer.
- Apoiar práticas agrícolas sustentáveis e a diversificação de culturas em parceria com a ESALQ/USP, promovendo a geração de renda no campo com parcerias efetivas e permanentes.
- Criar e/ou Ampliar Cursos de Formação, Capacitação e (Re)Qualificação Profissional em especial para a juventude visando prepará-la para a (re)inserção no mercado de trabalho com o apoio das empresas, das escolas técnicas e faculdades, do Sistema S e demais instituições ou entidades.

AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Parte expressiva da potência econômica e tecnológica de Piracicaba repousa sobre sua atividade agroindustrial. Esta atividade merece ser estimulado por meio de ações intersetoriais de apoio técnico, estímulo à aplicação de inovação tecnológica, no contexto da pesquisa e desenvolvimento, e, principalmente, fomentada, através de linhas de crédito específicas, municipais, estaduais e federais. Organizar esta agenda e atuar de forma proativa junto aos órgãos estaduais e federais de financiamento é um dos principais compromissos deste projeto político. Além disso, é fundamental apoiar a agricultura familiar, agroecológica e orgânica, permitindo a fixação dos produtores e trabalhadores rurais em suas atividades tradicionais, com geração de renda e apoio às cooperativas e à economia solidária, e garantindo acesso à população de gêneros alimentícios mais saudáveis, no contexto da segurança alimentar de todas e todos, inclusive nas unidades de ensino municipais e estaduais de Piracicaba, no âmbito do programa de alimentação escolar.

Nosso programa tem como principais diretrizes:

- A) Abastecimento.
- B) Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.
- C) Agricultura Urbana, Peri-urbana e Agroecológica.
- D) Agricultura Familiar e Pequenos Agricultores.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

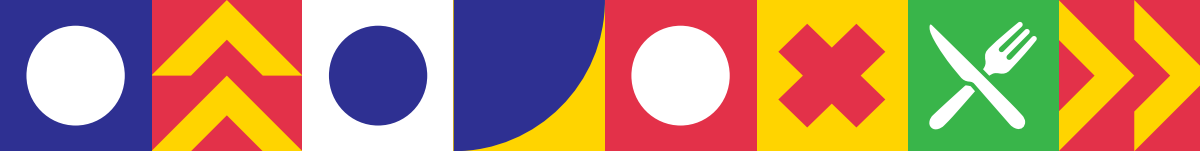
- Ampliar a Rede de Abastecimento, em especial nas áreas/regiões de maior vulnerabilidade social.



- Garantir uma Rede integrada de abastecimento alimentar, fortalecendo a CEASA, o Mercado Público e os equipamentos de Segurança Alimentar.
- Fortalecer a CEASA para o apoio de uma Rede de Abastecimento Alimentar Orgânica garantindo acesso à alimentação saudável.
- Ampliar o número de feiras e varejões convencionais e orgânicos com preços justos priorizando mais regiões da cidade e a participação dos agricultores familiares.
- Instituir cozinhas solidárias, articuladas com programas e projetos federais e estaduais, com geração de emprego e renda, e garantia da soberania alimentar para os grupos sociais vulneráveis.
- Articular ações [Cultura, Educação e Desenvolvimento Econômico] para a promoção da “Cultura Alimentar” apoiada nos saberes populares em parceria com as comunidades tradicionais, pesquisadores e sociedade civil organizada.
- Criar a Coordenaria de Segurança Alimentar e Nutricional, com vistas à articulação das ações governamentais na temática.
- Organizar equipe técnica multidisciplinar para viabilizar o diálogo entre as instâncias governamentais e que incorpore a participação social nos trabalhos e ações.
- Realizar Conferência para debater as necessidades da população em relação à segurança alimentar e implementar projetos e ações.
- Elaborar o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional/SAN, com a participação dos Conselhos Municipais, Agricultores urbanos e periurbanos e pequenos agricultores e incorporar as propostas da Conferência Municipal.
- Construir a Padaria Solidária para produzir e ofertar pães enriquecidos nutricionalmente às famílias vulneráveis por entidades socioassistenciais cadastradas no Banco de Alimentos.
- Criar o Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional constituído pela Prefeitura, Universidades e Institutos de Pesquisa, que produza indicadores nas dimensões da SAN com acompanhamento e avaliação das ações e proposições para aperfeiçoamento.
- Fortalecimento e monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visando a suplementação nutricional, importante papel no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (Lei nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 26/2013)
- Promover e fomentar um programa de fortalecimento da Agricultura Urbana e Periurbana pela viabilização de espaços ociosos com a criação de hortas fomentando a economia solidária e o cooperativismo.



- Incentivar o consumo de alimentos das hortas urbanas.
- Apoiar a organização e iniciativas de Coletivos de Produtores e de Consumidores, incluindo o desenvolvimento de novas tecnologias de produção, sociais e ambientais.
- Implantar mecanismos de assistência técnica de apoio ao produtor urbano, periurbano e pequeno agricultor em toda a cadeia de produção, comercialização e de logística.
- Estimular o trabalho e a geração de renda para as famílias promovendo a formação de cooperativas e associações utilizando tecnologias de economia popular, solidária e criativa.
- Promover na área de proteção ambiental (APA) e de preservação permanente (APP) Piracicaba uma área produtora de alimentos agroecológicos e produção orgânica e sistemas agroflorestais, com direito ao pagamento de serviços ambientais, estimulando o processo de sistemas orgânicos com agregação de valor aos produtos.
- Priorizar a gestão de resíduos orgânicos para a produção de composto orgânico a ser destinado para agricultores rurais, urbanos e periurbanos.
- Promover a formação e capacitação dos pequenos agricultores, urbanos e periurbanos em parceria com as universidades, instituições de pesquisa, etc., visando as boas práticas na produção e manipulação de alimentos, sistemas agroflorestais, compras públicas e comercialização para uma sustentabilidade ambiental.
- Promover a agroindústria de alimentos minimamente processados com a formação de grupos de produtores aplicando novas e sustentáveis tecnologias, com base na agroecologia.
- Realizar as compras da Agricultura Familiar de pequenos produtores e associações, fortalecendo a economia local, a cultura alimentar a sustentabilidade em consonância com a legislação.
- Fomentar e estimular a produção de alimentos de origem orgânica e sustentável pelos pequenos agricultores e sua destinação para a alimentação escolar.
- Estabelecer convênio e cooperação entre a prefeitura e as Universidades para o atendimento e apoio técnico aos agricultores familiares, urbanos e periurbanos.
- Ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com a aquisição de alimentos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.



POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS

Nosso governo na Prefeitura de Piracicaba tem como diretriz fundamental cuidar de toda a população, especialmente de seus segmentos mais vulneráveis. Desenvolver políticas públicas para as mulheres, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, idosos, população em situação de rua, idosos, negros, indígenas e quilombolas, juventude, em defesa da liberdade religiosa são, portanto, um compromisso que assumimos e que será implementada desde o início do nosso governo.

Como parte essencial da concretização deste compromisso, criaremos a Coordenadora de Direitos Humanos, que juntamente com demais Coordenadorias, Secretarias e órgãos da Prefeitura, trabalhará para todas e todas tenham dignidade, qualidade de vida e respeito a seus direitos.

POLÍTICA PARA AS MULHERES

Ao longo de nossa História as Mulheres, com muita organização e determinação tiveram uma ampliação dos seus direitos, foram grandes conquistas, mas ainda estamos longe do pleno exercício dos nossos direitos.

Para que essa realidade seja modificada há necessidade de criar condições políticas à efetivação de políticas públicas para as mulheres.

A Constituição Federal de 1988 foi inovadora ao superar a visão assistencialista voltada às políticas públicas ou programas sociais quando visou à máxima potencialização dos direitos fundamentais da pessoa. Especialmente os direitos sociais, no intuito da realização da cidadania de todas as pessoas, incluindo, aí, a cidadania feminina plena. Ao mesmo tempo, a Constituição – ao considerar o contexto do processo democrático que vem se consolidando no Brasil, a indispensável participação da sociedade civil no combate às suas mazelas sociais

Nesse caminho, o papel a ser desempenhado pelo Estado é de fugir das antigas práticas clientelistas, não contaminando as políticas públicas preocupadas e realizadoras dos direitos básicos das mulheres.

As desigualdades de gênero referem-se a inúmeras diferenças entre homens e mulheres, tais como de acesso aos bens sociais e aos programas de geração de renda, de inserção no mercado de trabalho etc. Esses aspectos garantem o acesso às várias dimensões da cidadania.

Para tanto, nossa diretriz traz como pressuposto fundamental a construção de uma nova institucionalidade, neste sentido, propomos como carro-chefe das políticas para as mulheres a sua institucionalização, através da criação da Secretaria de



Políticas para as Mulheres, com a missão de formular, multiplicar e disseminar as políticas voltas para as mulheres.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Criar a Secretaria ou Departamento Municipal de Políticas para Mulheres.
- Reestruturar o conselho municipal composto majoritariamente por representantes da sociedade civil e movimentos feministas para propor, monitorar e avaliar as políticas implementadas.
- Elaborar um plano municipal intersetorial, especialmente nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança e assistência social.
- Alocar recursos específicos no orçamento municipal para políticas voltadas às mulheres, garantindo financiamento contínuo para as ações propostas.
- Estabelecer parcerias com organizações internacionais, Organizações da Sociedade Civil – OSC e instituições públicas e privadas para complementar o financiamento e obter apoio técnico.
- Ampliar as vagas e horário de atendimento das creches municipais com especial atenção para horários noturnos, priorizando regiões com maior demanda e vulnerabilidade social;
- Implementar programas educativos para promover a conscientização sobre a violência de gênero, ensinando as crianças sobre respeito e igualdade.
- Oferecer cursos de qualificação profissional para jovens, e para mulheres CIS e trans em situação de vulnerabilidade e mecanismos de ampliação de vagas no mercado de trabalho;
- Fomentar medidas que promovam e ampliem as licenças paternidades e o engajamento dos homens na responsabilidade de cuidar.
- Criar e reestruturar programas de acolhimento, no atendimento emergencial e posteriormente aluguel social para autonomia habitacional das mulheres.
- Construir novas creches em polos próximos aos locais de trabalho, mediante dimensionamento da demanda.



POLÍTICA PARA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Muitos avanços já foram conseguidos no sentido de conquistar mais direitos para pessoas de todas as orientações sexuais e identidades de gênero possam viver com mais dignidade e respeito na luta para alcançar aquilo a que todas as pessoas têm acesso e direito. Entretanto, violações de direitos humanos que atingem pessoas por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero constituem um padrão global e consolidado, que causa sérias consequências e preocupações. O rol dessas violações inclui execuções extrajudiciais, tortura e maus-tratos, agressões físicas que podem levar a morte, agressões sexuais e estupro, invasão de privacidade, detenção arbitrária, negação de oportunidades de emprego e educação e sérias discriminações em relação ao gozo de outros direitos humanos. Estas violações são com frequência agravadas por outras formas de violência, ódio, discriminação e exclusão, como aquelas baseadas na raça, idade, religião, deficiência ou status econômico, social ou de outro tipo.

O policiamento da sexualidade continua a ser poderosa força subjacente à persistente violência de gênero, bem como à desigualdade entre os gêneros. O sistema internacional deu passos significativos na direção da igualdade entre os gêneros e na proteção contra a violência na sociedade, comunidade e família. Além disso, importantes mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas têm afirmado a obrigação dos governos de assegurar a todas as pessoas proteção eficaz contra discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero.

A prevenção e a segurança contra violência, assédio, discriminação, exclusão, estigmatização e preconceito dirigidos contra pessoas em todas as partes do mundo por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero, com que essas experiências sejam agravadas por discriminação que inclui gênero, raça, religião, necessidades especiais, situação de saúde e status econômico, e com que essa violência, assédio, discriminação, exclusão, estigmatização e preconceito solapem a integridade daquelas pessoas sujeitas a esses abusos, podendo enfraquecer seu senso de auto-estima e de pertencimento à comunidade, e levando muitas dessas pessoas a reprimirem sua identidade e terem vidas marcadas pelo medo e invisibilidade;

Conscientes de que historicamente pessoas experimentaram essas violações de direitos humanos porque são ou são percebidas como lésbicas, gays ou bissexuais, ou em razão de seu comportamento sexual consensual com pessoas do mesmo sexo, ou porque são percebidas como transexuais, transgêneros, intersexuais, ou porque pertencem a grupos sexuais identificados em determinadas sociedades pela sua orientação sexual ou identidade de gênero, nossas diretrizes são claras, acreditamos que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, que cada pessoa tem o direito de desfrutar os direitos humanos sem dis-



tinção de qualquer tipo, tal como raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outro status.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Criar uma Coordenadoria de Políticas para LGBTQIA+.
- Reorganizar o Centro de Referência e Cidadania LGBTI+, com atendimento psico social e jurídico para a população LGBTQIA+, aos moldes do CRAM (Centro de Referência de Atenção a Mulher), junto a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e ou Secretaria Municipal de Direitos Humanos;
- Instalar um Ambulatório de Saúde Integral para pessoas trans, que possa atender as demandas de terapia hormonal, com acompanhamento psicológico para mulheres e homens trans, junto ao CEM (Centro de Especialidades Médicas) ou ao Hospital Regional de Piracicaba;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Políticas Públicas para LGBTI+ de Piracicaba, com apoio administrativo e espaço físico;
- Incluir no Orçamento Específico para a Parada da Diversidade e do Orgulho LGBTQIA+ de Piracicaba junto a Secretaria Municipal da Ação Cultural, garantindo um apoio institucional a sua realização.
- Realizar Formação e Educação Continuada sobre Direitos Humanos e Diversidade Sexual junto às Secretarias Municipais, de forma que os servidores públicos possam ser capacitados sobre os conceitos de Orientação Sexual e Identidade de Gênero e Legislação LGBTI+.

POLÍTICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Piracicaba pode ser transformada em uma Cidade Modelo em acessibilidade territorial, social, econômica, educacional, cultural e ambiental.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- **Centro de referência da pessoa com deficiência**
- Garantir que todos os meios de transporte público sejam acessíveis às Pessoas com Deficiência, atendendo a globalidade das deficiências, promovendo a mobilidade urbana e rural inclusiva.



- Reestruturar, Requalificar e Ampliar o Projeto Elevar.
- Garantir de forma efetiva a inclusão de estudantes com deficiências em salas de aula regulares na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.
- Criar Núcleos de Atendimento Biopsicossocial Específico oferecendo terapias com profissionais especializados e equipes multidisciplinares.
- Recriar e Aprimorar o Projeto Clarear com a finalidade de atender as Pessoas Com Deficiência, buscando proporcionar a elas a prática de atividades físicas, esportivas (inclusive competitivas) e de lazer, bem como de atividades culturais.
- Criar Parques Lineares Regionais com acessibilidade plena.
- Instituir Centros de Formações Profissionais para Pessoas Com Deficiências em conjunto com o Sistema S, com as Associações Empresariais Locais e com os Sindicatos ou Associações de Classe.

POLÍTICA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Assegurar às pessoas em situação de rua o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas desenvolvidas pelo Município e seus princípios prezam pelo respeito à dignidade da pessoa humana; o direito à convivência familiar e comunitária; a valorização e respeito à vida e à cidadania; o atendimento humanizado e universalizado; e o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Retomar o mapa da inclusão/exclusão, incluindo as pessoas em situação de rua, para orientar as políticas públicas voltadas a este segmento.
- Ampliar e fortalecer os serviços e parcerias já existentes para a população em situação de rua em nosso município.
- Implementar as equipes de Consultório de Rua e de abordagem social, para assistência e atendimento da saúde, incluídos os tratamentos para abuso de álcool e outras drogas, bem como doenças sexualmente transmissíveis – DSTs/AIDS.
- Integrar as políticas públicas de atenção de Assistência Social, Saúde e Segurança, no atendimento e proteção à população em situação de rua.



- Fomentar a criação de cooperativas para a autonomia laboral, financeira e criativa da população em situação de rua.
- Implantar programas de reinserção social e familiar da população de rua.
- Melhorar o atendimento e a estrutura do Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS'AD para a população em situação de rua.
- Promover processos formativos em direitos humanos para a Guarda Civil Municipal, Assistência Social e Saúde, bem como propor parceria com os organismos estaduais de Segurança Pública, visando a superação da violência institucional à população em situação de rua.
- Rever as formas de atendimento na Casa Transitória e Centro Pop, com foco no fortalecimento comunitário, inserção no mercado de trabalho e fortalecimento dos vínculos familiares.
- Ampliar equipes multidisciplinares de abordagem para melhorar o trabalho social junto à população em situação de rua, visando facilitar o acesso dessa população às unidades de atendimento.
- Estudar e adequar o valor da verba repassada às entidades sociais que atendem a população em situação de rua, propiciando condições para que essas entidades melhorem a infraestrutura para acolhimento e possam fortalecer o trabalho de reinserção social e familiar desse segmento da população.
- Promover a articulação das diferentes políticas públicas, a fim de garantir o pleno atendimento da população em situação de rua.
- Promover a recuperação da integralidade da rede de proteção e estabelecer pactos com o Judiciário na atenção especial a crianças, adolescentes, mulheres e idosos que estejam em situação de rua.
- Reordenar os albergues conforme dispõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – que prevê, dentre outras ações, pequenas unidades com no máximo 50 pessoas –, bem como fortalecer e ampliar as redes de Centro de Referência Especializado para População em situação de rua.

POLÍTICA PARA IDOSOS

Promover o envelhecimento saudável e participativo, criando uma Rede de Proteção de Saúde, de Educação e Socioassistencial.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Criar, nas unidades de atendimento psicológico, o Núcleo de Atendimento aos Idosos, visto que a questão da solidão e da saúde mental é um dos que mais assola a população idosa em nosso Município;
- Ampliar o acesso dos idosos ao tratamento odontológico, com ênfase para tratamento básico e próteses;
- Implementar, na atenção básica, programa de prevenção de queda entre pessoas idosas;
- Contratar profissionais nas áreas de geriatria, gerontologia e odontogeriatria.
- Instituir Centros de Referência da Pessoa Idosa (CRPI) junto aos CRASs com recursos humanos e materiais específicos, visto o aumento da demanda atendida e a projeção do processo de envelhecimento da população
- Instalação de Centros de Convivência para Idosos (Casa Dia ou Creche de Pessoas Idosas) em bairros periféricos.
- Implantar oficinas de geração de trabalho e renda, bem como de inclusão digital para a pessoa idosa.
- Substituir progressivamente, os semáforos pelo modelo temporizado externos, com números e recursos audiovisuais para maior segurança na travessia dos pedestres idosos;
- Promover a valorização da pessoa idosa e implementar ações e políticas públicas expressas no Estatuto do Idoso, com objetivo de reduzir a discriminação, o preconceito e o abandono.
- Promover atividades desportivas e de lazer nos locais públicos com acompanhamento de profissionais habilitados.
- Desenvolver campanhas direcionadas, especialmente, aos homens da terceira idade sobre a importância da procura dos equipamentos sociais e atendimentos de saúde, visto que eles possuem maior resistência ao autocuidado.

POLÍTICA PARA NEGROS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Assegurar e garantir à população negra, indígena e quilombola a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Implementar um núcleo formativo para subsidiar as práticas educativas para a educação das relações étnico-raciais, de forma fazer valer as Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08.
- Organizar um censo socioeconômico e ocupacional da população negra e indígena para subsidiar a elaboração de políticas públicas, especialmente de educação, saúde e de trabalho e renda para tal população no Município.
- Promover formações profissionais em diferentes linguagens tecnológicas com recorte de gênero/raça, tendo a juventude como público-alvo e, ainda, visando a produção audiovisual para preservação do patrimônio material e imaterial referenciados nas tradições da cultura negra e indígena.
- Realizar capacitação dos profissionais municipais de saúde com o objetivo de qualificar o atendimento à saúde integral da população indígena e negra, suas peculiaridades e contribuam assim na redução da morbidade e mortalidade em todos os gêneros e faixas etárias.
- Desenvolver projetos que atuem no combate ao racismo religioso especialmente as manifestações de matriz africana.
- Estimular a adoção de programas de ação afirmativa e de combate ao racismo institucional no setor público e privado.
- Organizar festivais, promovendo a visibilidade da manifestação cultural e a adesão, principalmente de crianças e jovens, respeitando e valorizando-a como uma prática cultural holística de grande valor social.
- Destinar e/ou aumentar recursos para o reforço da produção cultural local, em especial a de origem afrodescendente e indígena, sua visibilidade no município e fora dela, buscando a autonomia financeira dos produtores.
- Ampliar os programas e ações de fomento para as associações negras e indígenas, clubes, escolas de samba, cordões carnavalescos dentre outras expressões culturais negras como forma de preservar parte significativa do patrimônio cultural material e imaterial.
- Reestruturar a Coordenadoria de Igualdade Racial com a criação do quadro de recursos humanos e materiais, observando as questões técnicas (gestão de projetos, programas e do Centro da Cultura Negra, Indígena) e políticas (movimento social e instituições).
- Elaborar o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com vistas a implementação do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei Federal nº 12.288/10 e previsão de financiamento público para prover.



OBJETIVOS ESTRATEGICOS:

- Ampliar o protagonismo nos espaços de debate e participação política/social.
- Construção participativa de políticas afirmativas que promovam, protejam e empoderem jovens, principalmente aqueles em situação de risco e vulnerabilidade social.
- Construir e integrar programas consistentes com as demais áreas do governo: Passe Livre, Inclusão Digital, Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Lazer.
- Construção de políticas afirmativas para garantir que jovens em situação de risco e vulnerabilidade social tenham acesso a oportunidades que lhes permitam sair do ciclo de pobreza e exclusão, de forma bem estruturadas, contínuas e adaptáveis às mudanças sociais e econômicas.
- Uma abordagem integrada e contínua para recuperar a segurança e capacidade dos jovens de viver o presente e se projetarem o futuro.
- Garantir perspectiva de políticas para inserção no mundo do trabalho e programas de primeiro emprego.
- Firmar parcerias para ampliação de programas de bolsa de estudo.

POLÍTICAS INTERRELIGIOSAS PARA UMA CULTURA DE PAZ E LIBERDADE DE CRENÇA

Faz-se necessário institucionalizar um espaço de diálogo inter-religioso permanente. Todas as lideranças do segmento religioso devem ser chamadas para o diálogo com o poder público possibilitando assim a implementação de uma política de Estado, de enfrentamento e combate à intolerância religiosa e promoção da cultura de paz e liberdade de crença.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A comunicação social verdadeira, democrática e transparente é um dos pilares da democracia. Cidadãos e cidadãs têm o direito de acesso a todas as informações relativas ao poder público, assim como têm direito a terem canais diretos com os órgãos governamentais para cobrarem soluções e apresentarem propostas e sugestões para o bom funcionamento dos serviços públicos.



O combate à desinformação e às fakenews é indispensável para o êxito de qualquer política de comunicação. O poder público deve ser capaz de construir e de fortalecer uma estrutura de comunicação, com canais e redes capazes de produzir e disseminar informação verdadeira e de qualidade, em formatos atraentes e eficientes, além de promover educação midiática que congregue amplos setores da administração, como a comunicação, a educação e a cultura, entre outros.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Transformar em Secretaria o Centro de Comunicação Social da Prefeitura com a missão de estimular, centralizar e coordenar as especificidades do trabalho das diferentes áreas e também reforçar a capacidade de diálogo do governo com a comunidade.
- Criar o Conselho Municipal de Comunicação Social, com formação que contemple representantes da sociedade, incluindo os produtores de comunicação no campo profissional, comunitário e popular, da sociedade civil em geral e do poder público.
- Produzir e disseminar informação verdadeira e de qualidade, possibilitando aos cidadãos e às cidadãs o pleno conhecimento das políticas públicas existentes e das formas de acesso a essas políticas.
- Combater permanentemente a desinformação e todas as formas de fake-news.
- Construir política de comunicação baseada no diálogo e que considere a população como protagonista e valorize as mídias dos bairros e das entidades representativas da população piracicabana.
- Promover a integração de áreas, projetos e agentes na construção e implantação de ações de comunicação do governo.
- Buscar permanentemente a inovação: canais, meios, formatos e processos de comunicação, tendo como referência tendências no campo digital e redes sociais.
- Produzir comunicação que mobilize a cultura e o afeto do público, resultando em identificação e engajamento.
- Implantar um Plano Municipal de Comunicação de Obras, que permita a divulgação das obras e serviços programados e em andamento, o diálogo permanente com os setores da população diretamente atingidos por essas obras e serviços para que possam fiscalizá-las e compreender os seus impactos em curto, médio e longo prazo.



- Criar, em articulação com a defesa civil e outras áreas da prefeitura, um sistema de alerta e comunicação de emergências ambientais, tais como enchentes, deslizamentos, contaminações e outras.
- Ampliar a produção de materiais de comunicação na área de saúde pública, com enfoque voltado à prevenção e acesso aos serviços públicos nesta área, a partir de Programa a ser desenvolvido em parceria com as outras áreas de governo.
- Valorizar e aprimorar o trabalho da Educativa FM, pensada como canal multiplataforma, num esforço de integração entre a educação e as demais áreas do governo, de forma a consolidar a emissora no meio digital (Youtube, Instagram, Tik Tok, WEB, Facebook, Whatsapp e outras redes e aplicativos).
- Viabilizar, em conjunto com as áreas de cultura e educação, um Programa de Valorização da Cultura Popular Piracicabana, com ampla participação popular, como forma de fortalecer a identidade piracicabana, o sentimento de pertencimento da população e a identificação com o poder público municipal.
- Ampliar os canais de acesso às informações de interesse público, garantindo transparência em relação à gestão dos recursos do município e à ação dos seus gestores.
- Ampliar os espaços com acesso gratuito a Wi-fi, sobretudo em espaços de permanência do público, como unidades de saúde, centros de cultura, equipamentos de assistência, de esporte, escolas praças públicas e outros.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A proteção e defesa do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico de Piracicaba constituem-se como medida fundamental para preservar as raízes da cidade e fortalecer seu tecido comunitário e o jeito de ser piracicabano, sendo, por isso, parte indispensável da cidadania. Para tanto, é preciso que se mobilizem recursos técnicos e econômicos, de modo que este patrimônio esteja plenamente integrado à vida social, cultural, educacional, turística e econômica da cidade, dialogando, também, com aspectos da política de planejamento e ordenação urbana do território da cidade e de requalificação do patrimônio.

A ativação econômica deste patrimônio, articulada às premissas aqui enunciadas, é medida indispensável para que ele cumpra seu papel na sociedade e, principalmente, para que não seja abandonado ou degradado. Outra medida importante é a proteção do patrimônio imaterial, dos lugares de memória, em especial dos grupos sociais marginalizados ou segregados, com integração de sua história à política municipal de Educação.



Nosso programa tem como principais diretrizes:

- A) A proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, linguístico e paisagístico como parte essencial do jeito de ser piracicabano.
- B) A integração da política preservacionista com as dimensões cultural, educacional, turística e econômica de Piracicaba e com sua política de planejamento e ordenação urbana.
- C) O registro e proteção do patrimônio imaterial, dos lugares de memória e de cultura do território urbano e rural.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Promover medidas de estímulo à ativação econômica dos bens tombados, assegurando sua viabilidade e visando a sua proteção e integração à vida do município.
- Instituir jornadas do patrimônio histórico, em parceria com as redes municipal e estadual de Educação, de modo a integrá-lo à política educacional piracicabana, mediante, inclusive, a elaboração de inventários colaborativos pelas comunidades escolares.
- Mapear e proteger o patrimônio imaterial e os lugares de memória, como terreiros e outros espaços de manifestação da fé e da religiosidade do município.
- Destacar, na política de turismo, a valorização do patrimônio histórico do município, como ativo fundamental do modo de ser piracicabano.
- Instituir políticas de apoio aos proprietários de bens tombados, desde que devidamente preservados, tais como isenção de IPTU e aplicação de instrumentos urbanísticos como a transferência do direito de construir, além da adoção de subsídios para reformas.
- Avaliar e cadastrar os equipamentos que constituem patrimônio histórico e cultural do município.

TURISMO

Piracicaba em 2023, através da Lei 17.740/2023, tornou-se um município de interesse turístico (MIT) de nosso Estado. Com essa medida nosso município passa a receber investimentos para melhorias de infraestrutura turística.



O nome Piracicaba, do Tupi Guarany: “Lugar Onde o Peixe Para” é conhecida nacional e internacionalmente por suas riquezas culturais, naturais, gastronômicas e por suas referências nos ramos do comércio e indústria.

O Rio Piracicaba, que nasce nas montanhas da Serra da Mantiqueira - Estado de MG, e em sua extensão percorre quatro cidades mineiras e cinquenta e oito cidades paulistas, é um dos atrativos naturais mais conhecidos do país, e corroborou o desenvolvimento e povoação da Vila de Constituição (Piracicaba) por Antônio Corrêa Barbosa em 1767.

Piracicaba reúne características naturais encantadoras. Bem posicionada no ranking das cidades mais desenvolvidas do país, a população local é conhecida pela sua vocação empreendedora e por valorizar suas raízes históricas e culturais - particularidades que lhe permitiram progredir no setor do Turismo.

Mais investimentos no planejamento urbano e em investimentos na infraestrutura proporcionaram condições fundamentais para aumentar o Turismo em nosso Município.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Estimular a diversidade turística do município, valorizando suas raízes cai-piras, qualificar o município como destino turístico e fortalecer a economia local, monitorar a implantação dos programas do Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do município de Piracicaba – PDDT e criar indicadores que monitorem a implantação do PDDT.
- Incentivar o Turismo de Base Comunitária (TBC) e criar mecanismos de incentivo fiscal para tal.
- Identificar e buscar soluções para as necessidades de infraestrutura e expansão da atividade turística.
- Qualificar gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo.
- Intensificar o ecoturismo e o turismo rural.
- Cadastrar e revitalizar prédios históricos da área urbana e rural, em parceria com a iniciativa privada.
- Promover feiras culturais como forma de incentivar e promover o trabalho e renda para os artistas locais.
- Estimular e incentivar o Turismo de Negócios e Eventos, o Turismo Cultural, Gastronômico e o Turismo Rural no município bem como fomentar a consolidação do Parque da Rua do Porto como centro gastronômico.



- Elaborar um calendário oficial de eventos na cidade, em parceria com entidades e associações, com foco na promoção da história, da identidade e do desenvolvimento do município envolvendo o Turismo de Negócios, Gastronômico, Cultural, Religioso, Rural, de Aventura, de Estudos, de Esporte, Ecoturismo, entre outros.
- Instituir a Feira da Pequena Agroindústria objetivando ofertar ao pequeno produtor rural alternativas de melhoria de renda, suporte e acompanhamento técnicos modernos e inovadores de produção e de gestão para agregar valor aos produtos, assim como no incremento do turismo de negócios.
- Recriar a Secretaria Municipal de Turismo, tendo em vista que Piracicaba tornou-se por Lei Estadual um Município de Interesse Turístico.
- Fortalecer e apoiar as Festas Populares relacionadas aos imigrantes que aqui aportaram (tirolezes, italianos, espanhóis, japoneses, sírio-libaneses, etc.) objetivando transformá-las em atrativos turísticos para os municípios da Região e do Estado.

OBRAS, SERVIÇOS E ZELADORIA

Proporcionar à população de Piracicaba e aos seus usuários uma cidade limpa, bem cuidada e conservada, com as devidas condições de infraestrutura (drenagem urbana, pavimentação, iluminação etc.), sistemas indispensáveis ao bem-estar e qualidade de vida, fazendo uso de tecnologia e técnicas modernas de planejamento urbano.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Criar um cronograma regionalizado e permanente para a manutenção, conservação e limpeza das áreas verdes, praças, parques e jardins, bem como das áreas institucionais não edificadas.
- Elaborar um Plano Municipal de Iluminação Pública identificando deficiências e ausências, em especial nos logradouros e prédios públicos com alta acessibilidade de pessoas, visando, com conservação, manutenção e ampliação da iluminação mais adequada, garantir o conforto e a segurança dos munícipes.
- Instituir cinco equipes, uma em cada região (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro), responsáveis pela conservação e manutenção da pavimentação nas vias públicas, com cronogramas previamente determinados e definidos.



- Realizar periodicamente a desobstrução das bocas de lobo com equipes permanentes.
- Elaborar um Plano Municipal de Macro e Micro Drenagem Urbana hierarquizando as 52 áreas de risco já identificadas no Plano Diretor e definindo aquelas prioritárias para intervenções imediatas.
- Ampliar a fiscalização sobre as áreas públicas ou privadas não edificadas visando impedir os descartes irregulares de lixo ou entulhos.
- Intensificar as podas adequadas e sustentáveis de árvores visando garantir a luminosidade natural bem como a segurança dos munícipes em vias e passeios públicos, bem como em áreas públicas.
- Intensificar os serviços de sinalização de trânsito e tráfego (horizontal, vertical e semaforica) visando garantir maior celeridade ao transporte motorizado e não motorizado, bem como o tráfego seguro de pedestres.
- Estabelecer parcerias com Associações de Moradores visando fazer com que as mesmas assumam a conservação e manutenção dos próprios públicos, bem como das áreas públicas em seu território.

PROTEÇÃO E CUIDADO ANIMAL

A conscientização das pessoas sobre os cuidados com os bichos domésticos ou selvagens é fundamental quando pensamos no meio ambiente e sustentabilidade.

As políticas públicas para proteção dos animais são importantes porque muitas pessoas não entendem que ter um animal em sua posse, para ser uma companhia, requer um grau de comprometimento financeiro, afetivo e temporal que o tutor deve assumir.

Neste sentido propomos a criação de uma Coordenadoria que trate dos temas e políticas relativas à proteção dos animais e fomente políticas públicas para estes cuidados.

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- Construir uma política pública municipal de defesa e proteção dos animais com a criação do conselho municipal de direitos dos animais, com a ampla participação da sociedade civil, a fim de regulamentar as leis de proteção e defesa dos animais.
- Reativação do castra móvel, com atendimento semanal nos bairros.



- Reestruturar o canil municipal ampliando o atendimento médico veterinário.
- Otimizar os equipamentos já existentes para atendimento de emergência médico veterinário.
- Buscar atendimento hospitalar veterinário em parcerias com as Universidades de qualidade reconhecida no Município.
- Reorganização do Serviço e do Centro de Controle de Zoonose, ampliando o atendimento e o espectro de atuação, com a oferta de serviços que incluam a castração, a vacinação, controle de doenças e cuidados animais, potencializando e ampliando a atuação dos profissionais.
- Estabelecimento de parcerias e convênios com as Organizações da Sociedade Civil que desenvolvem ações, principalmente aquelas que acolhem e recebem animais que estão abandonados ou sofrem maus tratos, potencializando investimento e recursos.
- Promover políticas públicas que desenvolvam ações efetivas de cuidados e proteção aos animais em situação de rua e maior vulnerabilidade incentivando as campanhas de adoção e acolhida por famílias.
- Promover campanhas públicas que orientem a população e enfrentem os maus tratos e abandono, conscientizando a cidade em torno da necessidade do cuidado dos animais como um marco no processo civilizatório.
- Promover ações e serviços direcionados aos animais que estão em regiões mais vulneráveis da cidade, cujas famílias passam por dificuldades financeiras e materiais, devendo haver incentivos e ações do Estado para promover uma alimentação mais segura dos bichanos.

P R O F E S S O R A

Bebel

Candidata a Prefeita

Dr. Perci Bertolini - Vice



CNPJ 56.643.102/0001-80

FEDERAÇÃO
BRASIL DA
ESPERANÇA



FEDERAÇÃO
PSOL REDE



E

Apoio:

